

TGR Subholding 1 S.A.

Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em

31 de dezembro de 2025



Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	3
Balancos patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado.....	8
Demonstrações do resultado abrangente.....	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	13
1 Contexto operacional.....	13
2 Base de preparação e políticas contábeis materiais.....	13
3 Gerenciamento de riscos.....	19
4 Caixa e equivalentes de caixa.....	21
5 Aplicações financeiras.....	21
6 Contas a receber de clientes.....	22
7 Imobilizado (Consolidado).....	23
8 Investimentos (Controladora).....	24
9 Empréstimos e financiamentos (Controladora).....	27
10 Patrimônio líquido.....	28
11 Receita líquida de vendas.....	30
12 Custos operacionais.....	30
13 Despesas gerais ou administrativas.....	30
14 Resultado financeiro.....	32
15 Partes relacionadas.....	33
16 Instrumentos financeiros.....	34
17 Imposto de renda e contribuição social corrente (Consolidado).....	36
18 Contingências.....	38



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300

SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota

60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil

Telefone +55 (85) 3457-9500

kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas e administradores da

TGR Subholding 1 S.A.

Maracanaú (CE)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da TGR Subholding 1 S.A. ("Companhia") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da TGR Subholding 1 S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 31 de março de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5

Pedro Barroso Silva Junior
Contador CRC CE-021967/0-5

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	51.178	21	49.168	2
Aplicações financeiras	5	—	410	—	—
Contas a receber de clientes	6	17.023	—	6.847	—
Dividendos a receber	15	—	—	4.196	—
Partes relacionadas - outros créditos	15	8.045	3.545	5.928	—
Outros créditos		3.797	993	2.366	—
Total do Ativo Circulante		80.043	4.969	68.505	2
Outros créditos		1.286	109	—	—
Realizável a longo prazo		1.286	109	—	—
Investimento	8	—	—	856.993	268.553
Imobilizado	7	920.140	469.355	—	—
Intangível		4	5	—	—
		920.144	469.360	856.993	268.553
Total do Ativo Não Circulante		921.430	469.469	856.993	268.553
Total do Ativo		1.001.473	474.438	925.498	268.555

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

TGR Subholding 1 S.A.
Balanços Patrimoniais
em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores		8.811	9.782	10.890	—
Dividendos a pagar	15	6.506	—	6.094	—
Empréstimos e financiamentos	9	42.128	—	42.128	—
Partes relacionadas - outras contas a pagar	15	777	1.090	—	—
Obrigações fiscais		1.714	1.577	762	—
Imposto de renda e contribuição social	17	667	—	—	—
Obrigações trabalhistas		957	1.179	—	—
Outras contas a pagar		1.590	57	—	1
Obrigações com arrendamentos		—	782	—	—
Total do Passivo Circulante		63.150	14.467	59.874	1
Empréstimos e financiamentos	9	618.577	—	618.577	—
Obrigações com arrendamentos		—	143	—	—
Provisão para desmobilização		4.573	—	—	—
Outras contas a pagar		1.410	111	—	—
Total do Passivo Não circulante		624.560	254	618.577	—
Total do Passivo		687.710	14.721	678.451	1
Patrimônio líquido	10				
Capital social		228.582	268.336	228.582	268.336
Reserva legal		1.283	—	1.283	—
Reserva de lucros a distribuir		18.281	—	18.281	—
Transação de capital com acionistas		(1.099)	1.826	(1.099)	1.826
Prejuízos acumulados		—	(1.608)	—	(1.608)
Total do Patrimônio líquido atribuído aos controladores		247.047	268.554	247.047	268.554
Participação de acionistas não controladores		66.716	191.163	—	—
Total do Patrimônio Líquido		313.763	459.717	247.047	268.554
Total do Passivo e Patrimônio líquido		1.001.473	474.438	925.498	268.555

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida operacional	11	55.233	–	34.079	–
Custos operacionais	12	(22.169)	–	(30.623)	–
Lucro bruto		33.064	–	3.456	–
Despesas gerais ou administrativas	13	(3.510)	(1.848)	(12)	(13)
Outras despesas operacionais		(123)	(49)	–	–
Despesas operacionais		(3.633)	(1.897)	(12)	(13)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		29.431	(1.897)	3.444	(13)
Receitas financeiras	14	321	1.222	–	–
Despesas financeiras	14	(240)	(1.418)	(20)	–
Resultado financeiro		81	(196)	(20)	–
Resultado de equivalência patrimonial	7	–	–	23.842	(1.595)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		29.512	(2.093)	27.266	(1.608)
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(1.123)	–	–	–
Lucro (Prejuízo) do exercício		28.389	(2.093)	27.266	(1.608)
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores		27.266	(1.608)	–	–
Acionistas não controladores		1.123	(485)	–	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado abrangente

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (Prejuízo) do exercício	28.389	(2.093)	27.266	(1.608)
Outros resultados abrangentes - ORA	—	—	—	—
Resultado abrangente total	28.389	(2.093)	27.266	(1.608)
Resultado atribuído aos:				
Acionistas controladores	27.266	(1.608)	27.266	(1.608)
Acionistas não controladores	1.123	(485)	—	—

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Notas	Capital integralizado	Capital a integralizar	Reserva legal	Reservas de lucros a distribuir	Transação de capital com acionistas	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 14 de junho de 2024		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Capital subscrito	10	268.336	(268.336)	-	-	-	-	-	-	-
Capital integralizado	10	-	268.336	-	-	-	-	268.336	-	268.336
Emissão de ações preferenciais resgatáveis	10	-	-	-	-	-	-	-	193.474	193.474
Variação na participação societária	8	-	-	-	-	1.826	-	1.826	(1.826)	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(1.608)	(1.608)	(485)	(2.093)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		268.336	-	-	-	1.826	(1.608)	268.554	191.163	459.717
Capital subscrito	10	246	(246)	-	-	-	-	-	-	-
Capital integralizado	10	-	246	-	-	-	-	246	-	246
Redução de capital	10	(40.000)	-	-	-	-	-	(40.000)	-	(40.000)
Resgate de ações preferenciais resgatáveis	10	-	-	-	-	-	-	-	(128.083)	(128.083)
Variação na participação societária	8	-	-	-	-	(2.925)	-	(2.925)	2.925	-
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	27.266	27.266	1.123	28.389
Destinação do Lucro										
Reserva legal	10	-	-	1.283	-	-	(1.283)	-	-	-
Dividendos obrigatórios	10	-	-	-	-	-	(6.094)	(6.094)	(412)	(6.506)
Reserva de lucros a distribuir	10	-	-	-	18.281	-	(18.281)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		228.582	-	1.283	18.281	(1.099)	-	247.047	66.716	313.763

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (Prejuízo) do exercício		28.389	(2.093)	27.266	(1.608)
Ajustes para:					
Depreciação	7	5.293	98	—	—
Equivalência patrimonial	8	—	—	(23.842)	1.595
Amortização de despesas antecipadas		168	—	—	—
Juros sobre provisão de desmobilização	14	27	—	—	—
Rendimento de aplicações	5	(17)	—	—	—
Resultado da baixa de imobilizado	7	172	189	—	—
Imposto de renda e contribuição social	17	1.123	—	—	—
		35.155	(1.806)	3.424	(13)
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		(17.023)	—	(6.847)	—
Despesas antecipadas		—	—	—	—
Outros créditos		(3.212)	364	3.949	—
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar		(4.813)	(2.455)	(5.928)	—
Fornecedores		(2.566)	(15.097)	10.890	—
Obrigações trabalhistas		(222)	(129)	(294)	—
Obrigações fiscais		(157)	(38)	762	—
Outras contas a pagar		168	39	(1)	1
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais		7.330	(19.122)	5.955	(12)
Impostos pagos sobre o lucro	17	(409)	—	—	—
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		6.921	(19.122)	5.955	(12)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicações financeiras	5	(780.782)	(410)	—	—
Resgates de aplicações financeiras	5	786.541	—	—	—

TGR Subholding I S.A.
Demonstrações dos Fluxos de Caixa
em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Aumento de capital em empresas investidas		—	—	(552.737)	(27.805)
Aquisição de imobilizado	7	(428.424)	(201.359)	—	—
Aquisição de intangível		—	(5)	—	—
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(422.665)	(201.774)	(552.737)	(27.805)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Capital integralizado	10	246	27.819	246	27.819
Captações de empréstimos e financiamentos	9	640.000	—	640.000	—
Redução de capital	10	(40.000)	—	(40.000)	—
Resgate de ações preferenciais resgatáveis	10	(128.083)	—	—	—
Emissão de ações preferenciais resgatáveis	10	—	193.474	—	—
Custo de captação - empréstimos e financiamentos	9	(4.298)	—	(4.298)	—
Arrendamentos pagos		(964)	(376)	—	—
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		466.901	220.917	595.948	27.819
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		51.157	21	49.166	2
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	21	—	2	—
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	51.178	21	49.168	2
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		51.157	21	49.166	2

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 Contexto operacional

A TGR Subholding 1 S.A. (“Companhia”), com sede em Maracanaú (CE), foi constituída em 14 de junho de 2024, e tem como objeto social participar como acionista do capital social de sociedades que atuam em empreendimentos no setor de energia renovável.

Suas controladas têm por objeto social: o desenvolvimento, a construção, a instalação, a operação, a manutenção e a exploração de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica e a comercialização de energia elétrica.

1.1 Descrição do projeto eólico parcialmente controlado pela Companhia

Projeto Serra do Tigre (“TGR”)

O projeto contempla a implantação de doze parques eólicos, dos quais dois são controlados pela Companhia. A capacidade instalada total do projeto é de 756MW, dos quais 121,5MW são controlados pela Companhia. Esta capacidade é composta por 27 aerogeradores, do total de 168 aerogeradores modelo Vestas V150 4.5, previsto para o projeto. Os parques controlados pela Companhia estão localizados nos municípios de Lajes Pintadas (RN), Currais Novos (RN), Campo Redondo (RN) e São Tomé (RN).

As controladas Ventos de Santa Bertilla Energias Renováveis S.A. e Ventos de Santa Isabel Energias Renováveis S.A. iniciaram a operação comercial plena de 27 aerogeradores a partir dos dias 03 de setembro de 2025 e 23 de dezembro de 2025, respectivamente.

2 Base de preparação e políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2026.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A Administração não efetua julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas, que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no período findo em 31 de dezembro de 2025, estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **2.8 Ativo imobilizado (Consolidado)** – vida útil do ativo imobilizado: determinar a expectativa de vida útil dos equipamentos e componentes do empreendimento, conforme relatório de consultoria especializada.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir suas atividades relevantes, conforme disposições do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

As entidades são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controladas e controladora são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, listada a seguir:

Controladas	Empreendimentos	Potência Instalada (MW)	Localização	Data de constituição	Status	Tipo de investimento		% do Capital Social	
						31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ventos de Santa Bertilla Energias Renováveis S.A.	EOL Ventos de São Rafael 03	63	Campo Redondo e Currais Novos (RN)	18 de março de 2021	Operacional	Direto	Direto	87,97%	58,32%
Ventos de Santa Isabel Energias Renováveis S.A.	EOL Ventos de São Rafael 06	58,5	Lajes Pintadas e São Tomé (RN)	18 de março de 2021	Operacional	Direto	Direto	97,80%	58,55%

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações *intercompany*, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações *intercompany*, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por "impairment". A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia e suas controladas classificam seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas alterem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, quando transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas não transferem e nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, aplicações financeiras, dividendos a receber, outros créditos e partes relacionadas - outros créditos.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: empréstimos e financiamentos, fornecedores, obrigações com arrendamentos, dividendos a pagar, outras contas a pagar e partes relacionadas – outras contas a pagar.

2.7 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“Impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e suas controladas não identificaram quaisquer indícios de *impairment* com relação aos seus ativos não financeiros.

2.8 Ativo imobilizado (Consolidado)

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados aos empreendimentos, são capitalizados ao imobilizado durante o período em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso dos ativos construídos internamente, após a emissão do último despacho comercial, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), para as unidades geradoras dos empreendimentos, momento que caracteriza o marco inicial da operação comercial plena das controladas.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com relatório de unitização do empreendimento, elaborado por consultoria especializada, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.9 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.10 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia e suas controladas operam e geram receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Os ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de apuração de imposto de renda e base negativa de contribuição social não são registrados. Na data-base das demonstrações financeiras, a Controladora não possui diferenças temporárias.

A Companhia, optante pelo regime tributário do lucro real anual, não apresentou imposto de renda e contribuição social a pagar.

O imposto de renda das controladas foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A contribuição social das controladas foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

2.11 Arrendamento (Consolidado)

A Companhia e suas controladas cessaram a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), para os contratos de arrendamento e de Direito de Uso, em razão do início pleno da fase operacional dos empreendimentos, uma vez que os fluxos de pagamentos previstos contratualmente são todos de contraprestação variável com base em percentual sobre as receitas futuras, cujos valores não são conhecidos.

2.12 Receita operacional

A receita operacional do curso normal das atividades é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita operacional quando a transferência (ou promessa) de bens ou serviços aos clientes refletem a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A NBC TG 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais são provenientes da venda de energia gerada. As receitas provenientes da venda de energia gerada são registradas com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos Contratos no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”), e dos contratos firmados no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

A receita de venda de energia elétrica (geração centralizada) é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

2.13 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A Administração não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis: O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Administração ainda está avaliando o impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia e sua controlada também estão avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

b. Outras normas contábeis: não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e sua controlada:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7).
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao empreendimento.

A Administração mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política de tesouraria. As aplicações que não estejam previstas na política, são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia aplica a maior parte do caixa disponível.

A controladora final da Companhia é a CDV, portanto a Administração da CDV estabelece um montante mínimo de posição em caixa para cada empresa, a depender do estágio operacional em que cada uma se encontra e observando as obrigações dos contratos de financiamento. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, o Orçamento da CDV estabelece o caixa mínimo a ser mantido na controladora e nas controladas. Todo recurso disponível deve ser, sempre que possível, aplicado nos Fundos de Investimentos da CDV através do FIC Domus Ventis (“FIC Consolidador”).

Com relação às contas a receber de clientes, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito contínuas. Adicionalmente, com base no histórico operacional da Companhia, inexistem históricos relevantes de perdas de títulos a receber.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia e suas controladas não cumprirem suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. O principal passivo financeiro consiste na dívida contratada e apresentada na Nota 9.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno financeiro do empreendimento. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2025 e 2024, exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira. A dívida contratada pela Companhia possui riscos de mercado associados à volatilidade do IPCA.

Análise de sensibilidade

Descrição	Saldo 31/12/2025	Risco	Cenário 25%	Cenário 50%
Fundo de investimentos	40.335	Baixa do CDI	38.843	37.443
Efeito no resultado	5.441		3.949	2.549
Aplicações financeiras	10.823	Baixa do CDI	10.521	10.234
Efeito no resultado	1.123		821	534
Notas comerciais	(665.003)	Alta do IPCA	(671.521)	(677.972)
Efeito no resultado	(25.003)		(31.521)	(37.972)

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento	20	21	5	2
Aplicações financeiras (a)	10.823	—	10.693	—
Fundo de investimentos - restritos (b)	40.335	—	38.470	—
Total	51.178	21	49.168	2

- (a) A Companhia mantém suas disponibilidades de caixa em fundos de renda fixa com baixo risco de crédito e remuneração entre 80% e 100% do CDI. Estas operações possuem prazo de vencimento inferior a três meses da data de contratação e, por atenderem aos requisitos no CPC 03, foram classificadas como equivalentes de caixa.
- (b) A Companhia e suas controladas possuíam aplicações alocadas em fundo de investimentos, classificados em caixa e equivalentes de caixa, e encontram-se disponíveis para resgate a qualquer momento. Esses fundos não têm prazo determinado para o seu encerramento uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da Administração. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade em 31 de dezembro de 2025 foi de 14,32% a.a.

5 Aplicações financeiras

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras	—	339
Aplicações financeiras - fundo restrito (a)	—	71
Aplicações vinculadas - Conta Reserva do Serviço da Dívida BNDES (b)	—	—
Total	—	410

Ativo circulante — **410**

- (a) A Companhia e suas controladas possuíam aplicações alocadas em fundo de investimentos, sem prazo determinado para o seu encerramento, uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da administração. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade em 31 de dezembro de 2024 foi de 11,25% a.a.. O recurso será aplicado exclusivamente na implantação do empreendimento.
- (b) Conforme cláusulas contratuais estabelecidas em contrato de financiamento, firmado em 29 de janeiro de 2025, com o BNDES, a Companhia deve constituir saldos em Conta Reserva do Serviço da Dívida. Tal recurso será mantido em conta no Banco JP Morgan S.A., e deverá ser mantido por todo período do mesmo instrumento, sendo o valor dado em garantia, podendo ser utilizado pelo credor para liquidação de obrigações relacionadas ao contrato. Ademais, conforme previsto no contrato, a Companhia deve retratar nas demonstrações financeiras o saldo existente na conta reserva, mesmo que zerada.

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	410	—
Rendimento de aplicações	17	—
Capitalização de rendimento de aplicação	6.314	2
Retenção de imposto de renda sobre rendimentos	(982)	—
Aplicações financeiras	780.782	901
Resgates de aplicações financeiras	(786.541)	(493)
Saldos finais	—	410

6 Contas a receber de clientes

Descrição	Consolidado	Controladora
	31/12/2025	31/12/2025
Venda de energia – terceiros	17.023	6.847
Total	17.023	6.847

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração considerava não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber, pois por regra estabelecida pela Câmara De Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), todos os títulos a receber são liquidados no mês subsequente ao fornecimento da energia. Adicionalmente, em análise retrospectiva, não se identifica perdas históricas, bem como expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

A Companhia e suas controladas não apresentavam títulos vencidos em 31 de dezembro de 2025.

7 Imobilizado (Consolidado)

a. Composição do saldo

Descrição	Taxa %	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2025	31/12/2024
Fazendas e terrenos	—	3.260	—	3.260	3.260
Torres anemométricas	10,00%	1.077	(80)	997	—
Máquinas e equipamentos	1,85% a 16,67%	800.200	(4.435)	795.765	—
Edificações	3,33% a 4%	115.685	(539)	115.146	—
Ativo de direito de uso de bens arrendados	2,94% a 8,33%	2.222	(2.222)	—	916
Equipamentos de Processamento de Dados	20,00%	37	(9)	28	25
Veículos	20,00%	913	(479)	435	692
Móveis e Utensílios	6,25%	—	—	—	—
Imobilizados em andamento	—%	—	—	—	464.462
Provisão para desmobilização	2,86%	4.546	(37)	4.509	—
Total		927.940	(7.801)	920.140	469.355

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2024	Adições	Transferências (a)	Baixas	Depreciação	31/12/2025
Fazendas e terrenos	3.260	—	—	—	—	3.260
Torres anemométricas	—	316	761	—	(80)	997
Máquinas e equipamentos	—	—	800.200	—	(4.435)	795.765
Edificações	—	—	115.685	—	(539)	115.146
Ativo de direito de uso de bens arrendados	916	39	—	(110)	(845)	—
Equipamentos de Processamento de Dados	25	9	—	—	(7)	28
Veículos	692	—	—	(62)	(195)	435
Imobilizados em andamento	464.462	452.184	(916.646)	—	—	—
Provisão para desmobilização	—	4.546	—	—	(37)	4.509
Total	469.355	457.094	—	(172)	(6.138)	920.140

- (a) As controladas iniciaram suas operações comerciais de forma plena em 03 de setembro de 2025 e 23 de dezembro de 2025 e, em função disso, foi necessária a reclassificação do saldo das classes de ativo relacionados a Imobilizado em Andamento para Imobilizado em uso. A reclassificação ocorreu de forma antecipada em relação à emissão do laudo técnico de unitização, por meio de metodologia elaborada pela Administração da Companhia, tendo por base o processo de unitização efetuado por consultor externo em outras Companhias controladas pela CDV.

Descrição	Adição por aquisição	Adições	Depreciação	31/12/2024
Fazendas e terrenos	2.650	610	—	3.260
Ativo de direito de uso de bens arrendados	1.253	981	(1.130)	916
Equipamentos de Processamento de Dados	7	20	(1)	25
Veículos	708	81	(97)	692
Imobilizados em andamento	257.236	207.226	—	464.462
Total	261.854	208.918	(1.228)	469.355

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas apresentaram adições ao ativo imobilizado que não tiveram efeito caixa no montante R\$28.670 (R\$7.559 em 31 de dezembro de 2024), relativas a custos de empréstimos, capitalização de operações de arrendamentos e seguros, reconhecimento de contratos de ativo de direito de uso e provisão de medições de obras não faturadas.

8 Investimentos (Controladora)

a. Composição do saldo

Controladas	31/12/2025	31/12/2024
Ventos de Santa Bertilla Energias Renováveis S.A.	427.733	157.044
Ventos de Santa Isabel Energias Renováveis S.A.	429.260	111.509
Total	856.993	268.553

b. Movimentação do saldo

Controladas	31/12/2024	Equivalência patrimonial	Aumento de capital em empresas investidas	Encargos de dívida capitalizados (a)	Distribuição de lucros	Transação de capital (b)	31/12/2025
Ventos de Santa Bertilla Energias Renováveis S.A.	157.044	15.241	251.118	8.624	(2.777)	(1.517)	427.733
Ventos de Santa Isabel Energias Renováveis S.A.	111.509	8.601	301.619	10.358	(1.419)	(1.408)	429.260
Total	268.553	23.842	552.737	18.982	(4.196)	(2.925)	856.993

Controladas	Ações integralizadas	Aumento de capital em empresas controladas	Equivalência patrimonial	Transação de capital (b)	31/12/2024
Ventos de Santa Doroteia Energias Renováveis S.A.	138.090	18.813	(994)	1.135	157.044
Ventos de Santa Cristina Energias Renováveis S.A.	102.427	8.991	(601)	692	111.509
Total	240.517	27.804	(1.595)	1.827	268.553

- (a) O empréstimo divulgado na Nota 9, emitido em nome da Controladora, foi captado para financiar as obras dos parques eólicos de suas controladas. Por esse motivo, os encargos de dívida foram capitalizados como parte do investimento no balanço individual da Companhia e reclassificados para Ativo Imobilizado no balanço consolidado. Com a conclusão das obras e início das operações comerciais de forma plena no exercício, a Companhia iniciou a depreciação dos encargos de dívida capitalizados. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, tal depreciação é classificada para equivalência patrimonial, sendo reclassificada para depreciação nas demonstrações financeiras consolidadas.
- (b) Durante o exercício de 2025, a Companhia incorreu no montante de R\$(2.925) em transações de capital com a Ventos de São Rafael Energias Renováveis S.A., acionista controladora direta e indireta da Companhia e das investidas, respectivamente, decorrente da mudança de participação societária (R\$1.827 em 31 de dezembro de 2024).

c. Saldos das controladas

Controladas	31/12/2025				
	Participação societária (%)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido (a)	Resultado
Ventos de Santa Bertilla Energias Renováveis S.A.	87,97%	492.970	16.568	476.402	16.774
Ventos de Santa Isabel Energias Renováveis S.A.	97,80%	432.707	4385	428.322	8.191
Total		925.677	20.953	904.724	24.965

(a) A diferença entre o total do patrimônio líquido das controladas, o saldo do investimento da controladora e a participação de não controladores em 31 de dezembro de 2025, condiz com os custos de empréstimos capitalizados nos investimentos, líquido da depreciação dos encargos da dívida, no montante de R\$18.985.

Controladas	Participação societária (%)	31/12/2024				Patrimônio líquido na data da aquisição	Resultado na data de aquisição até 31/12/2024
		Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado		
Ventos de Santa Bertilla Energias Renováveis S.A.	58%	279.299	10.022	271.232	(1.955)	27.804	(1.310)
Ventos de Santa Isabel Energias Renováveis S.A.	59%	195.138	4.701	191.671	(1.234)	102.427	(772)
Total		474.437	14.723	462.903	(3.189)	130.231	(2.082)

9 Empréstimos e financiamentos (Controladora)

Em 29 de janeiro de 2025, a Companhia celebrou contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), no valor de R\$690.000, destinado à implantação dos empreendimentos, o qual foi desembolsado R\$640.000 no exercício.

Os encargos da operação correspondem à taxa composta (i) pela variação acumulada do IPCA e (ii) pelo spread de 9,14% ao ano. O período total de pagamento é de 234 meses com carência de 18 meses, sendo a primeira prestação liquidada em 15 de julho de 2026 e a prestação final a vencer em 15 de dezembro de 2045.

O contrato de financiamento é garantido por meio de garantia pessoal prestada pela TotalEnergies Holdings pelo prazo total do contrato e também conta com garantias reais usuais no âmbito de financiamento de projetos, quais sejam (i) penhor dos aerogeradores das controladas da Companhia; (ii) cessão fiduciária dos direitos emergentes das controladas da Companhia; e (iii) cessão fiduciária de direitos creditórios detidos pela Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontrava-se adimplente com os *covenants* presentes no contrato.

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2025
BNDES	665.003
(-) Custos de captação	(4.298)
Total	660.705

b. Movimentação da conta

Descrição	31/12/2025
Saldos em 31 de dezembro de 2024	—
Captações	640.000
Juros capitalizados	25.003
Custo de captação pago no exercício	(4.298)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	660.705
Circulante	42.128
Não Circulante	618.577

c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

Empréstimos e financiamentos

Vencimento	31/12/2025	
	Valor	%
2027	23.317	4%
2028	21.706	3%
2029	23.102	4%
2030	24.038	4%
2031	21.431	3%
2032	23.152	4%
2033	25.850	4%
2034	30.329	6%
2035	30.777	5%
2036	35.735	6%
2037	36.717	6%
2038	40.202	6%
2039	43.811	7%
2040	47.899	8%
2041	33.980	5%
2042	37.875	6%
2043	38.403	6%
2044	39.961	6%
2045	44.479	7%
Total parcelas - longo prazo	622.764	100%
(-) Custo de captação - longo prazo	(4.187)	
Saldo total - longo prazo	618.577	

10 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$228.582 em 31 de dezembro de 2025 (R\$268.336 em 31 de dezembro de 2024) e está representado por 228.581.699 ações, 114.290.850 ações ordinárias e 114.290.849 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

Acionistas	31/12/2025			31/12/2024		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
Ventos de São Rafael Energias Renováveis S.A.	95,10%	217.381	116.576.666	100,00%	268.336	268.335.699
Rima Industrial S.A.	4,90%	11.201	112.005.033	—%	—	—
Total	100,00%	228.582	228.581.699	100,00%	268.336	268.335.699

Aumento e redução de capital

Durante os exercícios de 2024 e 2025, deliberou-se em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") sobre o aumento de capital da Companhia, conforme tabela abaixo:

Data da AGE	Capital subscrito	Integralizado em moeda corrente no exercício	Integralização de ações (a)	Emissão de ações ON
14/06/2024	1	1	—	1.000
30/07/2024	240.517	—	240.517	240.516.699
29/11/2024	27.818	27.818	—	27.818.000
Total - 2024	268.336	27.819	240.517	268.335.699
30/05/2025	246	246	—	246.000
Total - 2025	246	246	—	246.000

(a) Em 30 de julho de 2024, conforme AGE, a Ventos de São Rafael Energias Renováveis S.A. subscreveu 240.516.699 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, equivalendo ao montante de R\$240.517, integralizado mediante contribuição da totalidade da participação societária que detinha em ações ordinárias da Ventos de Santa Bertilla Energias Renováveis S.A. e Ventos de Santa Isabel Energias Renováveis S.A.

Em 14 de janeiro de 2025, deliberou-se em AGE a proposta de redução do capital social o montante de R\$40.000, a qual foi devidamente paga em favor da Ventos de São Rafael Energias Renováveis S.A. no exercício corrente. Como resultado das transações, o capital social da Companhia foi de R\$268.336 em 2024 para R\$228.582 ao final do exercício corrente.

Movimentações de capital entre acionistas

No dia 17 de junho de 2025, o acionista Rima Industrial S.A. cumpriu todos os atos pré-fechamento, adquirindo 112.005.033 ações ordinárias classe B que a Ventos de São Rafael Energias Renováveis S.A. detinha sobre a Companhia, equivalente a 49,00% do total das ações e 4,90% do capital social na data da transação.

Dividendos mínimos obrigatórios

Dentre as principais determinações do estatuto social, estão destacadas: (i) em cada exercício será realizada distribuição de dividendos não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constituiu dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$6.094.

Descrição	31/12/2025
Lucro do exercício	27.266
(-) Prejuízo acumulado	(1.608)
(-) Reserva legal (5%)	(1.283)
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	24.375
Dividendos propostos	6.094

Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$1.283, conforme tabela acima.

Reserva de lucros a distribuir

Em 31 de dezembro de 2025, foi constituído montante de reserva de lucros a distribuir na ordem de R\$18.281.

Emissão e resgate de ações preferenciais resgatáveis

Durante o exercício de 2025, as controladas da Companhia realizaram o pagamento de R\$128.083 referente ao resgate de 32.020.750 ações preferenciais resgatáveis emitidas em favor da Ventos de São Rafael Energias Renováveis S.A., com efeito caixa no exercício (Emissão de R\$193.474 em 31 de dezembro de 2024).

11 Receita líquida de vendas

Descrição	Consolidado	Controladora
	31/12/2025	31/12/2025
Venda de energia	57.899	37.553
PIS e Cofins sobre vendas	(2.666)	(3.474)
Total	55.233	34.079

12 Custos operacionais

Descrição	Consolidado	Controladora
	31/12/2025	31/12/2025
Energia comprada	(11.578)	(30.622)
Depreciação	(5.281)	–
Gastos operacionais	(1.080)	–
Gastos com manutenção	(2.860)	–
Outros custos	(1.370)	(1)
Total	(22.169)	(30.623)

- (a) Em relação aos impactos da Lei 15.269 de 24/11/25 que aborda, entre outros temas, o ressarcimento de projetos eólicos e solares pelos cortes forçados na geração de energia ("curtailment"), a administração da Companhia está avaliando a adesão ao termo de compromisso proposto no Art. 1º-B. Como o texto e condições detalhadas do termo de compromisso ainda não foram publicados a Companhia não pode afirmar sua adesão e portanto não reconheceu nas demonstrações financeiras de 2025 qualquer valor referente ao eventual ressarcimento. A administração segue confiante que os mecanismos adequados de ressarcimento serão implementados pela ANEEL/ONS e que a Companhia receberá sua compensação por perdas passadas em um prazo adequado.

13 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Serviços - pessoa jurídica	(62)	(5)	(7)	(7)
Compartilhamento de despesas (nota 15)	(2.282)	(1.525)	–	–
Despesas legais	–	–	(2)	(3)
Depreciação	–	(98)	–	–
Despesas pré-operacionais - geração energia	(779)	–	–	–
Despesas com manutenção	(214)	(111)	–	–
Outras despesas gerais ou administrativas	(173)	(109)	(3)	(3)
Total	(3.510)	(1.848)	(12)	(13)

14 Resultado financeiro

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações	250	2	—	—
Ganho na baixa de contratos de direito de uso	29	1.219	—	—
Outras receitas financeiras	42	1	—	—
Total	321	1.222	—	—
Despesas financeiras				
IOF	(14)	—	(5)	—
Tarifas bancárias	(8)	(8)	(2)	—
Juros sobre provisão para desmobilização	(27)	—	—	—
Perda na baixa de contratos de direito de uso	(143)	(1.410)	—	—
Outras despesas financeiras	(48)	—	(13)	—
Total	(240)	(1.418)	(20)	—
Resultado financeiro	81	(196)	(20)	—

15 Partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrentes de transações da Companhia com partes relacionadas, estão descritas abaixo:

Descrição	Consolidado		Controladora
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Ativo	8.045	3.545	10.124
Partes relacionadas - outros créditos	8.045	3.545	5.928
Condomínios ativo	2.117	3.530	—
Contas a receber de partes relacionadas	5.928	15	5.928
Dividendos a receber	—	—	4.196
Dividendos a receber de controladas	—	—	4.196
Passivo	6.985	1.090	11.511
Partes relacionadas - outras contas a pagar	777	1.090	—
Transações de condomínio (b)	143	317	—
Compartilhamento de despesas (a)	634	773	—
Fornecedores	—	—	5.715
Compra de energia (c)	—	—	5.715
Dividendos a pagar	6.208	—	5.796
Dividendos a pagar a acionistas	6.208	—	5.796
Resultado	16.967	(1.636)	497
Receita líquida de vendas	19.548	—	19.548
Venda de energia (c)	19.548	—	19.548
Custos operacionais	(87)	—	(19.051)
Energia comprada (c)	—	—	(19.051)
Custos com manutenção de torres (a)	(87)	—	—
Despesas gerais ou administrativas	(2.494)	(1.636)	—
Compartilhamento de despesas (a)	(2.282)	(1.525)	—
Despesa com manutenção de torres (a)	(212)	(111)	—

- (a) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as controladas possuíam operações com partes relacionadas decorrente de contrato de compartilhamento de despesas firmado com a Casa dos Ventos S.A., com a finalidade de prestação de serviços administrativos.
- (b) As controladas possuíam despesas em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas transitórias até a sua liquidação.
- (c) As controladas possuíam operações de venda de energia com a controladora, e esta por sua vez, possui operações de venda de energia com a Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A.

A Casa dos Ventos S.A. é a controladora final da Companhia.

Remuneração da Administração

A Companhia não efetua diretamente pagamentos de remuneração aos membros de sua Administração, os quais renunciam à remuneração pelo exercício de seus cargos na Companhia em seus termos de posse. A remuneração, é suportada diretamente pela acionista que indicou o respectivo administrador. Especificamente quanto aos administradores indicados por Casa dos Ventos S.A., a remuneração é paga diretamente por essa acionista e, posteriormente, apropriada às suas controladas, incluindo a Companhia, por meio de rateio. Tais valores são registrados pela Companhia como serviços tomados, classificados em despesas gerais e administrativas, conforme aplicável. Os montantes incorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontram-se divulgados na nota explicativa correspondente às demonstrações financeiras da Casa dos Ventos S.A.

16 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Descrição	Mensuração do valor justo	Consolidado				Controladora			
		31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa		51.178	51.178	21	21	49.168	49.168	2	2
Contas a receber de clientes		17.023	17.023	—	—	6.847	6.847	—	—
Partes relacionadas - outros créditos		8.045	8.045	3.545	3.545	5.928	5.928	—	—
Dividendos a receber		—	—	—	—	4.196	4.196	—	—
Aplicações financeiras		—	—	410	410	—	—	—	—
Outros créditos		5.083	5.083	1.103	1.103	2.366	2.366	—	—
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	(660.705)	(665.003)	—	—	(660.705)	(665.003)	—	—
Obrigações com arrendamentos		—	—	(925)	(925)	—	—	—	—
Fornecedores		(8.811)	(8.811)	(9.782)	(9.782)	(10.890)	(10.890)	—	—
Partes relacionadas - outras contas a pagar		(777)	(777)	(1.090)	(1.090)	—	—	—	—
Dividendos a pagar		(6.506)	(6.506)	—	—	(6.094)	(6.094)	—	—
Outras contas a pagar		(3.000)	(3.000)	(168)	(168)	—	—	(1)	(1)
Total		(598.470)	(602.768)	(6.886)	(6.886)	(609.184)	(613.482)	1	1

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e suas controladas não apresentavam instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são avaliados ao custo amortizado.

b. Mensuração do valor justo

A tabela abaixo apresenta a técnica de valoração utilizada na mensuração do valor justo de nível 2 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados.

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Título de dívida – Empréstimos BNDES	O valor justo calculado considera: (i) o fluxo de pagamento de parcelas futuras previstas no contrato de financiamento, com juros pós fixados (ii) menos o custo de captação embutido no saldo contábil da rubrica de empréstimos e financiamentos.	Não aplicável	Não aplicável

17 Imposto de renda e contribuição social corrente (Consolidado)

a. Composição do saldo no resultado:

Descrição	31/12/2025
Imposto de renda corrente	(735)
Contribuição social corrente	(388)
Total	(1.123)

b. Apuração do imposto de renda e contribuição social (Lucro presumido):

A conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estão demonstrados a seguir:

Descrição	31/12/2025
Venda de energia (Consolidado)	57.899
Eliminações intercompany	(16.560)
Venda de energia (Combinado)	41.339
Alíquota de presunção (IRPJ)	8%
Lucro presumido	3.307
Outras receitas não operacionais	321
Alíquota vigente	15%
Alíquota vigente IRPJ adicional	10%
Imposto de renda corrente	(735)
Alíquota de presunção (CSLL)	12%
Lucro presumido	4.961
Outras receitas não operacionais	321
Alíquota vigente	9%
Contribuição social corrente	(388)
Alíquota efetiva	(3,8)%

c. Movimentação das obrigações com imposto de renda e contribuição social:

Descrição	31/12/2025
Saldos iniciais	—
Imposto de renda e contribuição social no exercício	1.123
Impostos pagos sobre o lucro	(409)
Compensações no exercício	(47)
Saldos finais	667

18 Contingências

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos. Contingências identificadas como perda remota não são contabilizadas, nem divulgadas; contingências identificadas como perda possível são apenas divulgadas; e contingências identificadas como perda provável são contabilizadas e divulgadas nas demonstrações financeiras intermediárias condensadas. A Administração revisa suas estimativas e premissas continuamente.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliaram não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.
